

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

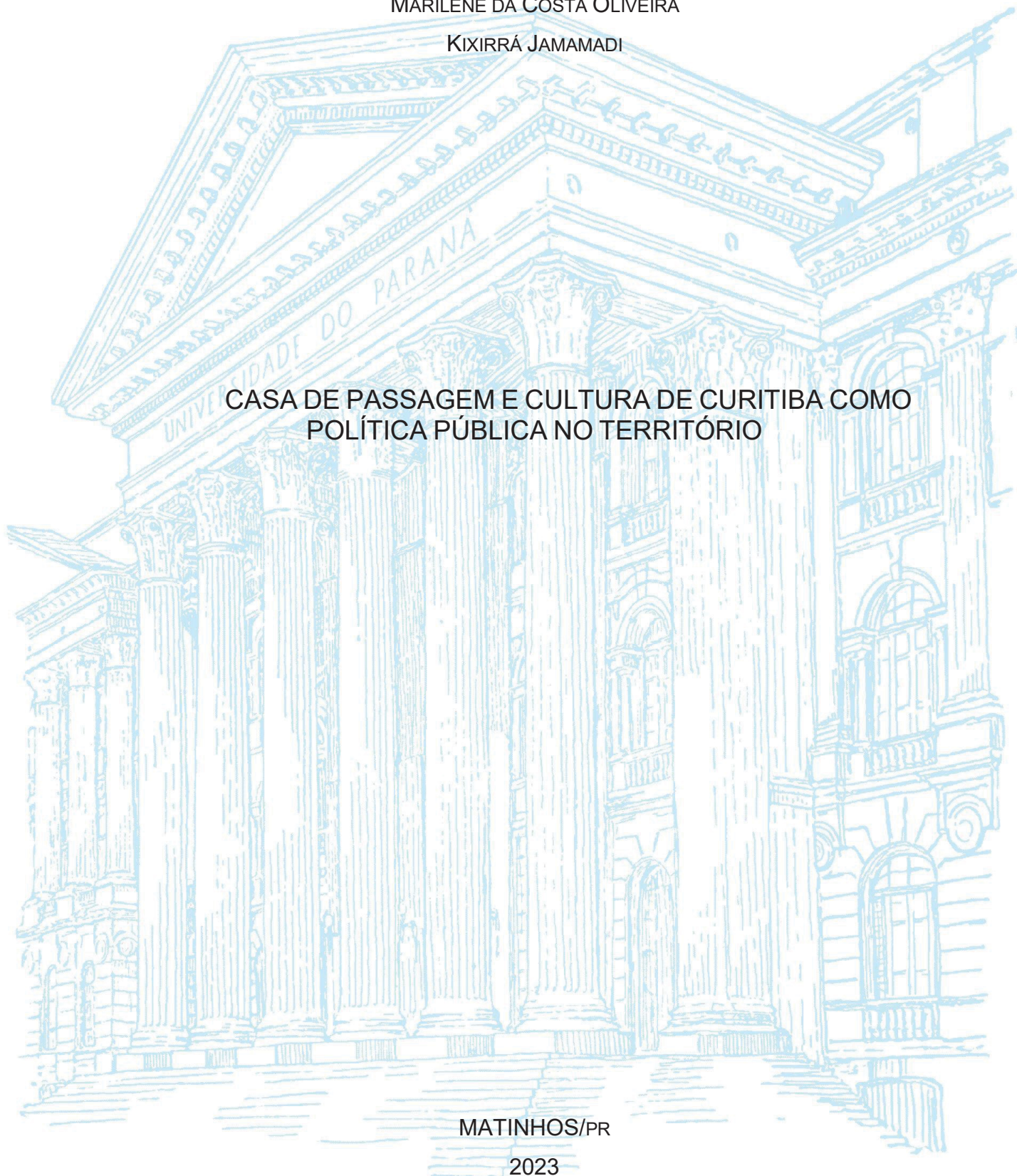
MARILENE DA COSTA OLIVEIRA

KIXIRRÁ JAMAMADI

CASA DE PASSAGEM E CULTURA DE CURITIBA COMO
POLÍTICA PÚBLICA NO TERRITÓRIO

MATINHOS/PR

2023



MARILENE DA COSTA OLIVEIRA
KIXIRRÁ JAMAMADI

CASA DE PASSAGEM E CULTURA DE CURITIBA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO TERRITÓRIO

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira da Universidade Federal do Paraná, Setor de Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Profº. Drº. Evandro Cardoso do Nascimento

MATINHOS/PR

2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
PENSADORES - 40001016329E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **MARILENE DA COSTA OLIVEIRA**, intitulada: **CASA DE PASSAGEM E CULTURA DE CURITIBA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO TERRITÓRIO**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO**, com conceito **APL** no rito de defesa. A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 02 de Dezembro de 2023.

EVANDRO CARDOSO DO NASCIMENTO
Presidente da Banca Examinadora

ANA FLÁVIA SILVA
Avaliador Externo (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ)

ROBERTO GONÇALVES BARBOSA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado digitalmente
 EVANDRO CARDOSO DO NASCIMENTO
Data: 29/12/2023 12:25:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 ANA FLÁVIA SILVA
Data: 29/12/2023 13:32:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 ROBERTO GONÇALVES BARBOSA
Data: 04/01/2024 12:35:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Endereço: Rua Jaguariaíva, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil
CEP 83260-000

Dedico esse trabalho de conclusão de curso aos professores da UFPR Litoral e colaboradores da ELLA, a Casa de Passagem e Cultura de Curitiba e aos Movimentos Sociais, que fazem da cidade de Curitiba, tornando-a mais dinâmica e humanizada.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui meus agradecimentos ao Cefuria-Ecosol (de modo especial na pessoa da Gisele e Luis Pequeno), aos militantes MTD, e às artesãs Kaingangs, aos servidores da ELLA- Escola Latina Americana e da Universidade Federal do Paraná-UFPR Litoral.

Mas, sobretudo, à minha família, de modo especial a minha mãe Wañan Jamamadi/Francisca, a meu Marido Andrea Guidi e filho Nimu Jamamadi/Anderson Guidi. Que me deram condições para realizar esse trabalho acadêmico.

RESUMO

O presente artigo está estritamente ligado às ações do MTD, que é um movimento nacional dos e das trabalhadoras por direito e, no Paraná, esse movimento tem dois núcleos, um em Curitiba e outro em Londrina. E ao movimento de economia solidária - ECOSOL, que é um movimento mundial que ganhou muito terreno na América Latina e especial no Brasil, devido ao fomento das políticas públicas nos anos 2000, no qual fazia parte através da REDE MANDALA, nela existem várias redes a minha era a rede Utopia na qual tinha o EES (empreendimento Artesãs Jamamadi). Nesse empreendimento, éramos 5 membros. Esses dois movimentos se uniram em 2021/2022, com o objetivo de ajudar as artesãs indígenas em sua maioria kaingang a reabrir a casa de passagem indígena de Curitiba, fechada por mais de 2 anos pela gestão do prefeito Rafael Greca. Estive na linha de frente fazendo a ponte entre o poder público e as artesãs, foi uma experiência muito forte, onde sentimos na pele a falta de diálogo com o poder público e o total descaso, movido pelo preconceito e desconhecimento da pauta por parte das entidades, foi visivelmente sentido. A casa de passagem de Curitiba foi criada em 2015 e foi fechada pelo prefeito Rafael Greca em 2019 com a justificativa de reforma do espaço, e em 2020 continuou fechada durante a pandemia, argumento que aproveitaram para fechar de vez a casa. Com a abertura do comércio em 2021, e com a fome nos territórios, as artesãs começam a ir para as cidades, e para Capital Curitiba, não foi diferente, buscando comercializar seus artesanatos como sempre fizeram, afinal, Curitiba é terra ancestral, é terra kaingang. Sem ter onde ir, e como se alojarem, muitas famílias, se arranjaram embaixo de viadutos, na Rua 15, de Setembro, ao relento durante o dia, buscando vender seus artesanatos como podiam, à noite iam para as puxadas dos bancos e lojas para passarem a noite, sem banheiros sem lugar para se alimentarem. Foram 27 dias de acampamento em frente aos entes públicos no coração do centro cívico de Curitiba. Eram mulheres, jovens, crianças, esposos/as, cunhados/as, amigos, todos juntos reivindicando o direito de estar e transitar no território. Conseguimos que a prefeitura reabrisse a casa com modelo da autogestão, como sugere o movimento de economia solidária.

Palavras-chave: Indígenas; Direitos Humanos; Patrimônio Cultural Ancestral.

RESUMEN

Este artículo está estrictamente vinculado a las acciones del MTD, que es un movimiento nacional de trabajadores por derecho y que en Paraná tiene dos núcleos, uno en Curitiba y otro en Londrina, y al movimiento de economía solidaria - ECOSOL, que es un movimiento a nivel mundial que ganó mucho terreno en América Latina y especialmente en Brasil, debido a la promoción de políticas públicas en los años 2000, del cual formó parte a través de la RED MANDALA, hay varias redes en ella, la mía fue la Utopía red en la que tenía la EES (empresa Artisanas Jamamadi). En este emprendimiento éramos 5 miembros, estos dos movimientos se unieron en 2021/2022, con el objetivo de ayudar a los artesanos indígenas, en su mayoría Kaingang, a reabrir la casa de tránsito indígena en Curitiba, cerrada durante más de 2 años por la administración del alcalde. Rafael Greca. Estuve en primera línea cerrando la brecha entre los poderes públicos y los artesanos, fue una experiencia muy fuerte, donde sentimos de primera mano la falta de diálogo con los poderes públicos y el desprecio total, impulsado por los prejuicios y el desconocimiento de La agenda por parte de las entidades se hizo visible: el centro de rehabilitación de Curitiba fue creado en 2015 y fue cerrado por el alcalde Rafael Greca en 2019 con la justificación de renovar el espacio, y en 2020 permaneció cerrado durante la pandemia, un argumento que aprovecharon para cerrar definitivamente la casa. Con la apertura del comercio en 2021, y con el hambre en los territorios, los artesanos comenzaron a ir a las ciudades, y para la Capital Curitiba, no fue diferente, buscando vender sus artesanías como siempre, al fin y al cabo, Curitiba es tierra ancestral, es tierra Kaingang. Sin tener a dónde ir, ni cómo quedarse, muchas familias se encontraron bajo pasos elevados, en la Rua 15, de Setembro, a la intemperie durante la de día, tratando de vender lo mejor que podían sus artesanías, por la noche iban a los pulls Fueron 27 días de acampada frente a entidades públicas en el corazón del centro cívico de Curitiba, allí estaban mujeres, jóvenes, niños, maridos. , cuñados, amigos, todos juntos exigiendo el derecho a permanecer y viajar en el territorio. Logramos que el ayuntamiento reabriera la casa con un modelo de autogestión, como lo sugiere el movimiento de economía solidaria.

Palabras clave: Indígena; Derechos humanos; Patrimonio de la Cultura Ancestral.

ABSTRACT

This article is strictly linked to the actions of MTD, which is a national movement of workers by right and, in Paraná, this movement has two nuclei, one in Curitiba and the other in Londrina. And to the solidarity economy movement - ECOSOL, which is a worldwide movement that gained a lot of ground in Latin America and especially in Brazil, due to the promotion of public policies in the 2000s, of which it was part through the MANDALA NETWORK, there are several networks in it, mine was the Utopia network in which I had the EES (Artisões Jamamadi enterprise). In this venture, we were 5 members. These two movements came together in 2021/2022, with the aim of helping indigenous artisans, mostly Kaingang, to reopen the indigenous transit house in Curitiba, closed for more than 2 years by the administration of Mayor Rafael Greca. I was on the front line bridging the gap between the public authorities and the artisans, it was a very strong experience, where we felt firsthand the lack of dialogue with the public authorities and the total disregard, driven by prejudice and ignorance of the agenda on the part of the entities, was visibly felt. The Curitiba halfway house was created in 2015 and was closed by Mayor Rafael Greca in 2019 with the justification of renovating the space, and in 2020 it remained closed during the pandemic, an argument they took advantage of to close it for good the house. With the opening of commerce in 2021, and with hunger in the territories, artisans began to go to the cities, and for Capital Curitiba, it was no different, seeking to sell their crafts as they always did, after all, Curitiba is an ancestral land, it is Kaingang land. Without having anywhere to go, or how to stay, many families found themselves under overpasses, on Rua 15, de Setembro, in the open during the day, trying to sell their handicrafts as best they could, at night they went to the pulls. There were 27 days of camping in front of public entities in the heart of the civic center of Curitiba. There were women, young people, children, husbands, brothers-in-law, friends, all together demanding the right to stay and travel in the territory. We managed to get the city hall to reopen the house with a self-management model, as suggested by the solidarity economy movement.

Keywords: Indigenous; Human rights; Ancestral Culture Heritage.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CATAC - CENTRO DE ANTROPOLOGIA DO TEATRO E CINEMA DO ACRE

CMEI - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CERB - COLÉGIO ESTADUAL DE RIO BRANCO

CILS - CERTIFICAÇÃO COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA- UNIVERSIDADE PARA ESTRANGEIROS DE SIENA

CASAI - CASA DE SAÚDE INDÍGENA;

CODISI - CONTROLE DISTRITAL DE SAÚDE INDIGENA

COPEDE - conselho permanente de direitos humanos

DSEI - DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAIS INDÍGENAS

ECOSOL - ECONOMIA SOLIDÁRIA

EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

FAS - FUNDAÇÃO DE AÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

IFPR - INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

INPS - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA NACIONAL

MOVRECAM - MOVIMENTO PELA LEGALIZAÇÃO DA MACONHA MEDICINAL

MTD - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES POR DIREITO

SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

SUDIS- SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO SOCIAL

TCC - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

UTOPIA - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA O BEM VIVER

TAQUARA- (BAMBUSA TAQUARA) -PLANTA ORIGINÁRIA DA AMÉRICA DO SUL,

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Acampamento kaingang, em uma rodoviária abandonada	16
Figura 02 – Mapa da América Latina, com as rotas feitas pelos indígenas no tempo	21
Figura 03 – Trilha de Peabiru	22
Figura 04 - Exposição dos artesanatos na boca maldita	22
Figura 05 – Casa do Índio em Porto Velho (RO)	25
Figura 06 – Famílias Kaingangs acampadas em uma rodoviária de S.C.	26
Figura 07 - Jovens kaingang nas proximidades da 1ª. Casa de Passagem	27
Figura 08 - Família kaingang embaixo do viaduto em Curitiba	28
Figura 09 - Reunião com o secretário do trabalho, então secretário Ney Leprevost	29
Figura 10 – Reunião Conselho de Mulheres Curitiba	31
Figura 11 – Mulheres deitadas no chão do estacionamento da Sejus	31
Figura 12 – Acampamento montado no entorno da secretária do trabalho	32
Figura 13 – Primeira reunião de mulheres com jovens, crianças e anciãos	32
Figura 14 – Reunião no Tribunal de Justiça	33
Figura 15 – Momentos de trocas de vivência no acampamento	33
Figura 16 – Acampamento na praça Nossa Senhora da Salete	34
Figura 17 – Deslocamento em para ver o espaço proposto pela prefeitura de Curitiba .	35
Figura 18 – Deslocamento em para ver o espaço proposto pela prefeitura de Curitiba .	35
Figura 19 – Casa de passagem aberta aos indígenas	36
Figura 20 – Manifestação Campanha Despejo Zero	37
Figura 21 – Participação Indígena no 8 de março	38
Figura 22 – Oficina de pizzas caseiras – Noite da Pizza	39
Figura 23 – Oficinas de bijoux criativas	39
Figura 24 – Exposição de artesanato da Casa de Passagem (Feira de Arte Barigui)	40
Figura 25 – Figura 25 – Rodas de Conversa (2022)	41
Figura 26 – Apresentação Cultural	41
Figura 27 – Apresentação Cultural Guarapuava	42
Figura 28 – Apresentações Culturais Povos Indígenas	42

SUMARIO

PRÓLOGO	10
INTRODUÇÃO	16
a) Metodologia	18
b) Objetivos	19
01. AS TRILHAS	21
1.1 Território e comércio	22
1.2 Casas de passagens no Brasil	23
02. CASA DE PASSAGEM DE CURITIBA	27
2.1 Protesto pela reabertura da Casa	29
2.3 Reabertura da casa de passagem	34
2.3 Autogestão na casa de passagem e cultura	36
2.4 Participação da casa de passagem e cultura na Campanha Despejo Zero, na feira agroecológica e nas lutas de 8 de Março	37
03. ATIVIDADES DA CASA DE PASSAGEM	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERENCIAS	45

PRÓLOGO

Para os “brancos”, eu sou Marilene da Costa Oliveira, pertencço à nação originária (indígena) Jamamadi e o meu nome indígena é Kixirrá (Quixirrá). Sou professora da educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, educadora popular em âmbito da saúde e da educação, artesã e gestora pública, além de ativista política/militante.

Vivo na cidade de Curitiba/PR desde de 2016, seguindo um percurso formativo intenso. Fiz magistério e teatro no Estado do Acre e terminei o curso de Gestão Pública, em 2019, no Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus de Curitiba; meu trabalho de conclusão de curso - TCC foi dedicado ao movimento social de “Economia solidária” - ECOSOL e a autogestão nos empreendimentos da Feira Permanente – (Fersol)” que está localizada Bairro Portão, em Curitiba/PR.

Atualmente sou integrante do Movimento dos Trabalhadores por Direito - MTD, onde me uno à luta pelos direitos das mulheres e, sobretudo, dos/das artesãs indígenas Kaingangs, Guaranis e Jamamadis, a partir de seus territórios tradicionais e que também estão “em contextos urbanos”, (vale lembrar, que os indígenas sempre estiveram nestes territórios e que as cidades foram construídas em cima de suas casas) como eu.

Também participo do Movimento pela Legalização da Maconha Medicinal - Movrecam, uma luta necessária por motivos sociais, culturais e econômicos. Aqui tenho um percurso de observação e muitos questionamentos, desde minha adolescência, que depois, com o passar dos anos, virou uma causa pela qual lutar. Fiz alguns cursos de âmbito popular, para compreender e viver melhor o movimento de economia solidária - ECOSOL no Paraná.

O curso de Multiplicadores em economia solidária, foi um deles, promovido pelo centro social - Trilhas incubadora social Marista. Em 2020, devido o contexto de pandemia aproveitei para fazer alguns cursos de extensão online ligados aos movimentos populares, com eixos em saúde, educação, direitos humanos, comunicação digital, ambiente, agroecologia, línguas (espanhola, portuguesa, esperanto), autogestão - 3.8, maconha medicinal (chegando a concluir 2 cursos pela

Unifesp). Não se assustem, sempre fui hiperativa e com muitos interesses e responsabilidades.

O que me levou a empreitar uma vaga no Curso de Pós-graduação em Educação do Campo e Realidade Brasileira, foi a possibilidade de, no futuro, ser professora, em um ambiente próximo a natureza e, sobretudo, aprender com os que vivem no campo, na região Sul do Brasil, e dando assim continuidade a um percurso iniciado nos anos 90 no coração da Amazônia, num projeto cultural ligado ao centro de formação em antropologia do teatro e cinema do Acre - CATAC, falo desse percurso melhor mais à frente, não posso esquecer, porém, que foi nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, que iniciei meu percurso de formação crítica.

Comecei a estudar com 11 anos de idade, pois, minha mãe, e seu companheiro viviam de mudança e, assim sendo, eu e minha irmã nunca conseguíamos terminar o ano letivo. Até que minha mãe me deu para uma senhora e fui morar na cidade em Rio Branco/AC, lembro que o combinado era ela me fazer estudar, nessa primeira família não deu muito certo, assim morei com várias famílias, para poder estudar, em troca fazia o trabalho de doméstica. Essa foi minha vida até os 14 anos, lembro que só estudava na escola e trabalhava muito nessas famílias.

Quando minha mãe resolveu ir morar na cidade, fui morar com ela, numa ocupação, na periferia de Rio Branco/AC de nome Conquista. Com 15 anos, comecei estudar à noite, nosso bairro era muito violento e isso se refletia na sala de aula. Entre uma reprovação e outra, seguia em frente, mesmo com a escola longe, tinha que ir e voltar a pé, caminhando por horas.

Terminar o 1º grau foi uma saga de grande sacrifício. Iniciei o Ensino Médio com meus 21 anos, numa escola técnica em Administração, chamada Colégio Estadual de Rio Branco- CERB, ainda me lembro que dormi na rua, na fila por uma vaga nesse colégio, mas tive que desistir no 2º ano, por motivo de saúde. Quando retornei aos estudos já estava com 23 anos, troquei de curso e fui para o Magistério, assim levei muito tempo para terminar o ensino médio também. Enfim, terminado o magistério fui dar aula no programa de Educação de Jovens e Adultos - EJA, no ano seguinte, consegui um trabalho na Biblioteca Pública do Estado, em Rio Branco, num projeto lindo, que se chamava painel de leitura, e lá conheci um projeto cultural, que depois virou uma escola de teatro antropológico, Centro de Antropologia do Teatro e Antropofagia do Cinema do Acre - CATAC.

Foi um percurso intenso de dois anos e meio, “que marcou meu percurso

humano e acadêmico até hoje”. A esse ponto o contrato com a biblioteca tinha acabado e tive que me arranjar com o trabalho de artesã - Biojóias, aprofundei-me nessa arte com paixão. A grande reviravolta na minha vida vai acontecer em 2004, quando me casei e fui morar longe de casa, na Itália. Um choque de cultura tremendo, lá fiquei por 12 anos, onde tive que recomeçar os estudos do zero, aprender a “língua”, reaprender a comer e até me vestir, tive que fazer o ensino fundamental, ensino médio e técnico.

Em 2006, minha saúde outra vez veio a faltar, parei os estudos e o trabalho por um ano e meio, peguei a tuberculose pleural “foi um longo tratamento”. Uma vez superada essa fase, voltei à escola, com o dinheiro que recebia do INPS/INSS paguei a escola técnica de moda criativa e continuei com o curso de italiano, na escola Carlos del Pretti, fui aceita pela universidade de Siena em 2008, para fazer um curso de extensão chamado - CILS, lá se foram outros 2 anos, fiz até o último Nível - C2, as minhas notas não eram das melhores. mas consegui terminar, o objetivo era ser professora de italiano para os brasileiros/estrangeiros, coisa que só realizei no Brasil. A essas alturas, corria o ano de 2009, meu Anderson tinha nascido, e não tinha mais tanto tempo para estudar. Com o seu nascimento muita coisa mudou também, a saúde de meus sogros declinou, aí tinha que cuidar deles e de Anderson. Com o tempo as coisas foram se ajustando e voltei à escola.

Em 2011, consegui fazer outros cursos, como o de operadora social, o qual me proporcionou conhecer a Cáritas diocesana de Lucca e seus trabalhos sociais com os imigrantes nas suas casas, famílias com pessoas de vários lugares do mundo, sobretudo, do mundo árabe e do leste europeu. Ajudei a fundar a cooperativa Belle di Niente.

Na Itália, dei de cara com as mudanças nas leis trabalhistas, trabalho intermitente, trabalho pago a hora, precariedade trabalhistas de todo jeito, coisa que vai chegar de fato no Brasil só em 2016/2017.

Com o falecimento de meus sogros, decidimos passar um tempo no Brasil, de modo que Anderson aprendesse o português. Voltei em 2014, com meu marido e meu filho, logo observei que ainda não era hora de parar de estudar, pois para entrar no mercado de trabalho de novo, teria que ter o nível superior, sair do Brasil só com o magistério naqueles anos ter acesso a universidade era quase um sonho.

Voltando para o Brasil, fui morar no Acre e só fui começar a trabalhar em 2015, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Acre, Senac. Como mediadora,

trabalhei no presídio feminino, nas periferias com cursos itinerantes, onde ninguém queria ir. Fiquei um ano e meio no Acre, como meu esposo não se adaptou com o clima e nem encontrou trabalho em Rio Branco, decidimos vir para Curitiba com a “ilusão” de que aqui tinha trabalho para ele. Chegando logo comecei a trabalhar como professora de Língua Italiana na Wizard.

Também tratei de escolher um curso de graduação para fazer, escolhi “Gestão Pública”, depois de uma conversa com meu primo Francisco, e também por gostar de política, queria entender o Estado, como o mesmo funcionava; para este fim, me preparei e passei na primeira tentativa, em 2017, no vestibular do Instituto Federal do Paraná - IFPR, concorri uma vaga de cota para indígenas, ainda no 2º semestre, comecei a pensar no TCC, depois da apresentação de um trabalho sobre os movimentos populares, para a disciplina de Gestão Pública.

Durante o curso Gestão Pública, trabalhei na softmarketing, fui costureira numa fábrica, fiz exposição das minhas Bio e Ecojóias nas calçadas da Osório e no Largo da Ordem. Não foi difícil escolher o que eu queria pesquisar. Decidi pesquisar o Movimento de Economia Solidária - Ecosol, o qual me proporcionou uma experiência extraordinária, viajei pelo Paraná, acompanhei o fórum municipal em Curitiba, o fórum Estadual para a implantação da Lei de Ecosol no paraná, entrei na Rede Mandala, continuei no movimento desde então.

Criamos a Associação de Produtos e Serviços para o Bem Viver - UTOPIA, quero dar continuidade a minha pesquisa iniciada no curso de Gestão Pública, com ênfase nos movimentos populares. Terminei a graduação em Gestão Pública em 2019 e tenho buscado me manter atualizada através de cursos de extensão, promovidos pelo movimento e fora dele, em outras entidades e instituições. Decidi fazer esta pós-graduação porque vi nela a continuação de meu percurso formativo ligado à educação popular e minha intuição foi certa.

O tema do meu trabalho de conclusão de curso dessa pós em Educação do Campo e Realidade Brasileira é: Casa de passagem e cultura de Curitiba como política pública no território. O tema está alinhado com meu percurso formativo na área da Gestão Pública e educação popular, ele nasce da luta das mulheres artesãs indígenas pela reabertura da casa de passagem, fechada em 2019 por falta de vontade política dos entes públicos, na gestão do Prefeito Rafael Greca. Esta luta foi iniciada pela liderança Jovina e suas parentes do Rio das Cobras, onde me uni a elas juntamente com minha Mãe/Anciã Wañan Jamamadi, liderei os 2 acampamentos juntamente com

Jovina no centro cívico de Curitiba, os quais foram necessários para reivindicar a reabertura da casa de passagem e cultura. Com o apoio de diversos movimentos sociais presentes nos territórios e da mídia local de Curitiba, fomos pedir apoio até aos Bispos da diocese do Paraná das Igrejas Católica e Anglicana, sem os quais, possivelmente, não teríamos tido o êxito que tivemos.

Com esse trabalho quero responder a seguinte pergunta: A casa de passagem de Curitiba, pode ser uma política pública, que contribua com os territórios indígenas, do ponto de vista não só econômico, mas também cultural? Trataremos deste tema no decorrer do texto.

Nessa vida de militante e ativista, me interesso também por saúde popular, aquela das nossas avós, por fitoterapia, radiestesia, Bio Saúde, ervas medicinais e sonho com as farmácias vivas espalhadas pelo Brasil. E que o nosso Sistema Único de Saúde - SUS, um dia, acolha nossas medicinas naturais/ancestrais. Atendo a comunidade que vem em busca de saúde integrativa de maneira gratuita, como faz minha mãe com os benzimentos.

Como trabalhadora, nunca tive a chamada estabilidade trabalhista, seja no Brasil que fora dele. Ainda lembro do meu primeiro trabalho, que foi como ajudante de seringueira, eu tinha 9 para 10 anos, ajudando minha mãe a colher o leite da seringa no pique, lembro quando chovia, tínhamos que correr para não perder o leite. Vivendo na cidade, trabalhei em diversas áreas dos serviços, como: doméstica, babá, cuidadora de idoso/a(s), feirante, vendedora, artesã, costureira, na área da educação fui mediadora no SENAC na periferia e até no presídio feminino, trabalhei na educação infantil, na paróquia Divino Espírito Santo, no programa do EJA, fui contadora de história na biblioteca pública do estado do Acre, instrutora de artesanato na So&co, na área social - Itália, desse projeto nasceu cooperativa Belle di Niente, fui operadora social em casas famílias - imigração (projeto pães e peixe na cáritas de Lucca - Toscana) em projetos culturais - teatro (Catac) no Acre. Como educadora infantil trabalho no município Pinhais, trabalhei no CMEI Crescendo e Aprendendo, e atualmente estou lotada no CMEI Raimunda Boen Gorges e colaboro com a formação das educadoras de meu CMEI, dei, e dou palestra com as pautas indígena e Ambiente e recente para as PLPS, falei sobre feminismo indígena, participei de alguns seminários como palestrante em algumas universidades, de forma online e agora pós pandemia de forma presencial, como: IFPR, Puc, Unicesumar e em algumas escolas da educação infantil e do ensino médio em Curitiba e Pinhais.

Fui aceita no ano de 2023, como pesquisadora voluntária na Uninter, com
alinhamento pesquisa em Economia Solidária-ecosol, este é meu percurso até aqui.

INTRODUÇÃO

As casas de passagem indígena, até então chamadas de casa do índio no Brasil, vão atender na sua maioria aos indígenas em trânsito por motivo de saúde, as famosas CASAI, mas os motivos da presenças dos/das indígenas fora dos territórios, podem variar de acordo com as necessidades regionais seja por motivo econômico, social e político.

A única coisa que não varia é o descaso do poder público para com os povos originários Brasil afora. Todas as casas abertas enfrentam o descaso do poder público, má gestão, ou simplesmente má vontade política de cuidar dessa pauta, desde a estrutura do espaço ao atendimento adequado com dignidade das famílias que chegam. Tendo que recorrer na maioria das vezes ao ministério público para fazer valer os direitos.

Figura 01 - Acampamento kaingang, em uma rodoviária abandonada



Fonte: foto realizada MPF/SC (2021)

No sul do país não é diferente, os indígenas são constantemente abandonados pelo poder público, em especial no período do veraneio, quando os mesmos saem dos territórios em busca de renda através da venda de seus artesanatos. Assim como no restante do país, os/as indígenas são deixados, descaso.

Não existe política de acolhimento, desses povos nas cidades, que seja digna e que respeite as tradições milenares dessas populações, que só querem cuidar: da saúde, e através do seu trabalho com o artesanato obter renda, cuidar da pauta política, pois sem nada avança.

Em Curitiba, a casa de passagem indígena vai ter sua implantação em 2015, depois de uma longa tratativa com vários entes que demoram a chegar a um acordo.

No seu regimento interno da casa de passagem de Curitiba de 2015, se lê que o serviço seria prestado por servidores da prefeitura de Curitiba, e entes parceiros, e a casa teria capacidade para cinquenta pessoas. As pessoas com problema de saúde não seriam atendidas nesse espaço e sim na CASAI.

Esse trabalho pretende analisar o espaço chamado Casa de Passagem e Cultura de Curitiba. O qual, para as artesãs indígenas, é vital do ponto de vista econômico, social e até cultural, e também ponto de referência para os parentes de várias aldeias e povos que ali se encontram, ou deveriam se encontrar, para comercializar seus artesanatos, dentro e fora da casa, e vivenciar momentos culturais em Curitiba.

As artesãs indígenas, na sua maioria Kaingangs, nos anos 2019 a 2021 ficaram vagando pelas ruas de Curitiba devido ao fato da Casa de Passagem e Cultura (naquele momento conhecida só como casa de passagem) estar fechada.

Pois, com o corte das cestas básicas nas aldeias, as dívidas aumentando nos armazéns a alimentação, saúde e as escolas fechadas, devido a pandemia, tornou-se muito difícil a situação dos indígenas do ponto de vista econômico e social.

Difícil também era a permanência em Curitiba, pois tinham que se abrigar, debaixo das pontes, dos viadutos, nos espaços cobertos, nas marquises dos bancos, para passarem a noite com seus filhos/as netos, genros, noras, maridos e sem banheiros, sem alimentação adequada e ainda correrem das investidas da Fundação de Ação Social de Curitiba - FAS, que tomava tudo das artesãs para as obrigarem voltar para seus territórios. Ações como essas fizeram os indígenas a apelidar a fundação, de “Fas de conta”.

O serviço prestado pela FAS, da maneira que era para os/as indígenas em trânsito, e ainda é para as famílias na periferia e para as pessoas em situação de rua, se demonstrou ineficaz e até desumano.

01. Metodologia

A metodologia escolhida para desenvolver esta pesquisa, foi a pesquisa participante. Através da qual, foi possível vivenciar e entender na prática tal método.

Para entende-lo melhor na teoria, buscou se informações com os pioneiros que a desenvolveram. Como o Professor Park, Robert, que incentivou seu alunos a observarem a Chicago em que viviam, estamos falando dos anos 1920-1930, e este método os levou a um amplo campo de pesquisa, e esta nasce dentro das escolas positivista, vindo a romper de maneira impactante o jeito de fazer pesquisa, não sem resistência dos meios já existentes.

Com o professor Tim May, vamos ter noção prática da diferença de abordagem dos tipos de pesquisa existentes. Em sua revisão de seu livro escrito em 1993 sobre o tema, ele vai descrever tal distinção.

Vai nos relatar que: Esse método leva o observador a ser um sujeito participante do ato observado, fazendo o participar do dia a dia das pessoas, tornando-se aceito e parte do ambiente.

Tim May diz ainda:

Que esta é uma das mais difíceis metodologias e exigentes, pois leva tempo, convívio, e muitas anotações, e os acontecimentos não param.

Tim May vai precisar que:

Uma das vantagens é sua flexibilidade e o trabalho de campo é um trabalho contínuo e de muita reflexão, pois ele não só relata e observa, mas, contribui e dá voz. E ainda, pontua que a observação participante, diz respeito ao engajamento na cena social é um entendimento das ações humanas e traz consigo um jeito de ver o mundo.

Mas, é com a professora Moema Viezzer, a qual se define como facilitadora da inteligência coletiva, na sua aula para nossa 2º turma de pós graduação do campo,

ano 2022, que chega à tomada de consciência, do tipo de pesquisa acadêmica que queria realizar, para essa conclusão de curso.

Pois, o trabalho que realizava juntos as mulheres indígenas do Paraná já era uma semente para a realização deste artigo. A professora Moema traz no seu percurso acadêmico um caminho prático com os e nos movimentos populares, e que para ela cada pesquisa é uma semente única. E reconhece como mestre e guia Paulo Freire. O mesmo vai influenciar na década de noventa, academias do mundo inteiro, através de seus estudos, práticas, e escritos vai compreender que para estar no mundo é preciso aprender a está nele.

Nesse período, utilizei os métodos sugeridos pelos autores e pesquisadores de tal método, onde por exemplo a Professora Moema nos seus trabalhos e entrevistas fala de sua trajetória.

No decorrer dessa pesquisa aprendi muito com as mulheres Kaingangs aprendi a aprender fazendo, e que todo processo é uma semente, que precisa ser regada todos os dias e ter muita insistência e paciência.

Das ações práticas que fizemos, pode se citar que:

- Organizamos o acampamento de protesto pela reabertura da casa de passagem, junto a sociedade civil organizada.
- Pressionamos o poder público, e conseguimos a reabertura da mesma;
- A gestão está apesar das dificuldades sendo compartilhada;
- Os movimentos sociais encontram espaço para atuar e ter voz, é cultura que perpassa de modo transversal a vida dos que nela chegam.

02. Objetivos

Objetivo Geral

Analisar a casa de passagem e sua importância cultural dentro da sociedade indígena e não indígena.

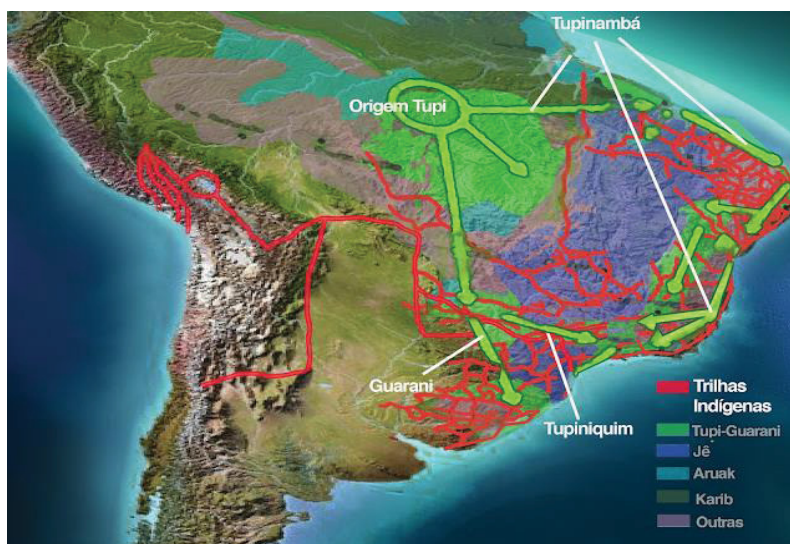
Objetivo Específico

- Compreender a importância da casa de passagem para os indígenas no território Curitibano.
- Compreender o papel dos gestores públicos nesse processo.

- Quais os impactos do fechamento da casa de passagem para as indígenas na cidade de Curitiba.
- Compreender os pontos positivos da reabertura da casa em 2021
- E verificar a importância da abertura dessas casa em todo Paraná

01. AS TRILHAS

Figura 02 - Mapa da América Latina, com as rotas feitas pelos indígenas no tempo



Fonte: Foto retirada do site amemo Brasil

Historicamente os povos originários sempre fizeram seus comércios com os vários povos que aqui viviam. Tinham suas trilhas espalhadas por todo território, as quais partiam do litoral chegavam até aos andes.

Sobre muitas dessas trilhas se construiu inúmeras das estradas que percorremos hoje. como: a estrada do vale da Paraíba, Rodovia dos Tamoios, e por aí vai. Não se pode esquecer da importância dos rios nesse processo de deslocamento.

E o que isso tem a ver com a casa de passagem? Tem muita relação, pois, isso revela que os povos originários tinham contato e comércio com outros povos milenarmente.

Portanto, circulavam no território, e pretender que os/as indígenas na atualidade se mantenham longe dos centros urbanos é uma violência.

Assim como foi no passado, colocando-os para viverem fora de seus territórios em contexto de aldeamento forçado com outros povos.

A necessidade humana de se deslocar de um território para outro, por motivos econômicos e sociais, e até políticos é a base de todos os povos, e para as mulheres e homens Kaigangs e Guaranis que sempre chegam a Curitiba para venderem seus artesanatos, participarem de eventos, fazerem articulação política, não é diferente.

Figura 03 – Trilha de Peabiru



Fonte: foto retirada do site Ame o Brasil

1.1 Território e comércio

Figura 04 - Exposição dos artesanatos na boca maldita



Fonte: foto da autora (2021)

Sem políticas públicas em vários setores, os indígenas são deixados à mercê da própria sorte; onde lhes resta, no Paraná, algumas opções, aquela de arrendar a terra onde vivem, para as commodities do agro, nesse contexto somente algumas famílias são beneficiadas, ou serem servidores públicos, graças aos PSS(s), ou trabalharem como artesãos / artesãs, que no caso dos kaingangs, optam pelo trabalho com as cestarias feitas com as fibras da taquara.

Estudos demonstram que os Kaingang de maneira particular, sempre tiveram uma vida andarilha no território, mesmo com o avanço dos colonizadores os mesmo nunca abandonaram suas práticas, e o artesanato desde mil novecentos e oitenta tem sido ponte no reavivamento dessa cultura tradicional adormecida, e é a retomada de um estilo de vida antigo que se casa com as necessidades econômicas, fonte de renda muito importante para as comunidades, e tiveram que se adaptar à atualidade do tempo presente.

É importante ressaltar que a prefeitura de Curitiba e o governo do estado foram através do ofício de nº 4 de março de 2021- 14 alertados para se planejarem de forma permanentemente com a presença de indígenas nas cidades já que as áreas urbanas nunca deixaram de contar a presença deles.

1.2 Casas de passagens no Brasil

Apesar de existir a necessidade de acolhimento das várias famílias indígenas que chegam em contexto urbano, por tantos motivos, em especial motivos, de saúde e econômicos, praticamente se contam nos dedos as cidades brasileiras que contam com esse serviço público; gestado pelas prefeituras. Apesar de existir meios para obter os recursos necessários para tal política pública com a união. Mas, é preciso ir mais fundo na história para compreender a atualidade.

Relatar como estão as casas de passagens indígenas, em algumas cidades, do país, do quando, e do como essas casas surgiram, e quais eram as reais finalidades é um bom início, para entender o contexto.

No decorrer desse texto se observará que: a maior parte das casas de acolhimento, ainda estão voltadas para a saúde, só que agora sob o controle dos (DSEI) Distrito sanitário especiais Indígenas e do (CONDISI) Controle Distrital de saúde indígena.

Ao todo foram criadas em torno de 40 casas de passagem, pelo governo militar em 1968, Brasil afora. E é importante salientar que foram mantidas em contexto policialesco (AL -5), o famoso (Grin) Guarda Rural Indígena, milícias criadas pelo regime militar em 1969/1970, com objetivo de ter sob seu controle as nações originárias.

Os mesmos conseguiram formar uma única turma e a mesma se demonstrou uma falácia e foi extinta a pedido das lideranças indígenas anos depois.

a) Região sudeste:

A primeira “casa do índio” do Brasil, está situada na ilha de Governador Valadares, zona norte do Rio Janeiro

Esta ficou conhecida como manicômio indígena e pautava ação em: saúde e segurança. A administração da casa passou por vários entes, e a mesma foi escola, manicômio e quartel. Grande parte dos indígenas que chegavam na casa, era para tratamento de saúde mental segundo os gestores daquele tempo.

E os arquivos do que acontecia na casa estão em sigilo há quase cem anos. Hoje a casa se encontra na mesma situação de abandono estrutural assim como as outras, abandonada pelo poder público, onde os mesmos (prefeitos e Governo) negam qualquer responsabilidade.

b) Região norte:

O estado do Acre por exemplo, conta com a Casai, (Casa de Saúde Indígena) totalmente voltada somente para saúde. Em Rondônia - Porto Velho, apesar da casa de passagem ter status de casa do “Índio” (Capai) e Funai, voltada para a saúde indígena, a mesma na prática servia para diversas funções, a ponto de virar uma área fixa de habitação, motivo pelo qual as autoridades competentes acharam mais interessantes a abandonarem os indígenas a si mesmos. Se retirando por completo, deixando tudo sem as mínimas condições de salubridade. Com o objetivo de fazer os/as indígenas voltarem para os territórios de origem.

O MPF fez denúncia, e pediu a intervenção do Estado, mas até o momento aguardam resposta concreta do poder público.

Figura 05 – Casa do Índio em Porto Velho (RO)



Fonte: Foto: MPF-RO/Divulgação

Esta casa (CASA I), foi deixada totalmente sem nenhuma estrutura para forçar os indígenas a deixar a cidade.

c) Região Sul:

No sul do país as **casas de passagem** assumem uma característica a mais. Além daquela do atendimento à saúde, aquela de casa de apoio aos artesãos e artesãs indígenas. Mas, que continuamente esbarra na falta de vontade dos gestores públicos de assumir tal responsabilidade, conforme as reais necessidades da comunidade indígena.

Em Florianópolis, por exemplo, há 20 anos que as artesãs e artesãos indígenas reivindicam esse espaço. O mesmo atenderia 300 famílias que circulam no território catarinense vindo até de outros estados, na alta temporada.

Figura 06 – Famílias Kaingangs acampadas em uma rodoviária de S.C.



Fonte: foto retirada do google.

Espera-se que finalmente saia do papel neste Ano 2023. Obviamente é fruto de muita insistência e organização das lideranças indígenas. Sem esquecer que os mesmos contam com a sociedade civil organizada,

No Paraná as reivindicações estão alinhadas com as de Florianópolis, e em vários municípios, como Guarapuava, Londrina e Curitiba, os artesãos estão se organizando a duras penas.

02. CASA DE PASSAGEM DE CURITIBA

Figura 07 - Jovens kaingang nas proximidades da 1ª. Casa de Passagem



Fonte: foto site prefeitura da FAS

A constituição federal de 1988, dá aos povos indígenas a garantia de direito para exercer sua cultura, e é dever da União dos estados e municípios, protegerem e preservar tais direitos em caso de violações por partes dos entes públicos e privados. Cabe a tais povos recorrerem ao ministério público para defenderem seus direitos caso necessário.

Foi o que fizeram as mulheres artesãs Kaingangs, Jamamadis e Guaranis, para re-haverem a abertura da casa de passagem de Curitiba. Denunciaram juntamente com o COPED no dia 22/Dez de 2021, o prefeito Rafael Greca e o presidente da FAS Fabiano, por negligências e abandono das populações indígenas, mesmo tendo recursos financeiros para tal fim, a denúncia foi feita na polícia Federal.

A casa de passagem de Curitiba teve sua abertura e inauguração no dia 08/01/2015, a qual veio atender uma realidade nua e crua, vivida pelas as nações indígenas, que é aquela das famílias indígenas artesãs abandonadas sem nenhuma

perspectiva de futuro digno, sem políticas públicas em seus territórios, A CAPAI foi fruto de muita reivindicação das lideranças indígenas do Paraná.

A mesma teve sua abertura por um curto período, apesar das promessas e publicidade feitas pela FAS lá em 2015, (as promessas e publicidades se encontram no site da prefeitura de Curitiba do respectivo ano) a casa de passagem foi fechada em 2019, com o pretexto de reforma do espaço. Mesmo com os alertas da FUNAI, a CAPAI foi desativada, segundo a Prefeitura, por questões de segurança e salubridade. Em dois mil e vinte, devido a pandemia do COVID-19 a mesma foi definitivamente fechada sem a devida comunicação e consulta, às comunidades indígenas. Inclusive no ofício de N°3/2020 CTL do dia 17 de março de 2020 a Fas trata da realocação da CAPAI, que era uma intenção desde do Ano 2019, e destinar o espaço onde a mesma funcionava para outra funcionalidade, no qual o mesmo ofício fala de possíveis resistências por parte dos indígenas, devido à distância do referido local proposto, Cajuru, da rodoviária.

E essa falta de comunicação, gerou para as famílias indígenas que em Curitiba chegaram, no período pós pandemia, um transtorno não indiferente, pois, as mesmas tiveram que se arranjar e dormir ao relento, sem as mínimas condições dignas, tendo que contar com o apoio e solidariedade da sociedade civil que se mobilizou depois de alguns dias.

Figura 08 - Família kaingang embaixo do viaduto em Curitiba.



Fonte: Foto google (2015)

Foi buscado um diálogo com os gestores públicos da prefeitura na ocasião e a concordado a sua reabertura, o que não ocorreu como esperavam os artesãos indígenas, resultando num protesto que levou a denúncia do prefeito e do presidente da Fas a polícia Federal como relatado no início deste texto.

2.1 Protesto pela reabertura da Casa

Figura 09 - Reunião com o secretário do trabalho, então secretário Ney Leprevost.



Fonte: Foto da autora (2021)

Esta foto é emblemática, aqui começa o protesto pela reabertura da casa de passagem que iniciou em de novembro e foi até dezembro de dois mil e vinte um e teve duração de vinte sete dias.

Enfrentando as chuvas, dias de frio, sem lugar para fazer as necessidades pessoais mais básicas, as artesãs indígenas, em decisão coletiva, decidiram enfrentar a gestão do Prefeito Rafael Greca e correr atrás de seus direitos garantidos pela constituição federal de oitenta e oito.

Decidiram fazer valer o que está garantido na Constituição Federal:

- artigo 5º inciso VIII trata do livre exercício do trabalho e XV trata do direito de se locomover no território;
- O artigo 6º coloca o direito trabalho ao lado do direito social;
- O artigo 1º vai tratar da dignidade da pessoa humana, e segundo o ministro celso de Mello, a Dignidade da pessoa humana que a mesma é princípio central do sistema jurídico e inciso IV.

A luta começou no início do ano de 2021 quando as primeiras famílias chegaram e encontraram a casa ainda fechada, Curitiba estava se abrindo aos poucos devido ao longo período de isolamento social durante o período pandêmico de Covid-19. Entre os protestos das famílias e adesão da sociedade civil a pauta indígena foi visivelmente sentida.

Foi feita reunião com os/as indígenas e com os gestores para solucionar o impasse. Nesse encontro os gestores se comprometeram a encontrar solução em breve tempo.

Os meses se passaram e no final do ano, mais precisamente na metade de novembro, de dois mil e vinte e um, os/as artesãos/ãs na sua maioria kaingang, de novo, não tinham onde ficar, restando a eles se arranjassem como pudessem. Não demorou para que os agentes da FAS fizessem investidas sequestrando seus pertencem para força-los a voltarem para seus territórios.

Ou impor lhes um acolhimento “fictício”, separando-as dos seus familiares. A proposta consistia em acolher os homens em uma estrutura para homens (Obs: seria na mesma estrutura que acolhem as pessoas de sexo masculino em situação de rua), e as mulheres e crianças iriam para uma outra estrutura. E o tempo de permanência o mínimo possível. Essa “proposta rejeitada obviamente pelos indígenas, os quais chegavam a fugir das kombis da Fas, que promovia uma verdadeira caça aos indígenas pelo centro de Curitiba” (Depoimento de OLIVEIRA, Marilene, 2023)

As mulheres começaram a fazer protestos na boca maldita, rua central de Curitiba, contando com o apoio das mulheres urbanas, de modo particular das PLS, e as da frente feminista, que se uniram a luta das indígenas em solidariedade.

As indígenas, com a ajuda das mulheres da frente feminista e LGBT(s), conseguiram espaço na reunião do conselho das mulheres de Curitiba para pautarem suas reivindicações, e ainda, com a ajuda de Padre Lédio conseguiram também, uma audiência com o deputado Ney Leprevost, o qual naquele momento era secretário da justiça e trabalho e direitos humanos.

A imagem abaixo mostra a reunião do conselho das mulheres de Curitiba, apoiadas pela frente feminista.

Figura 10 – Reunião Conselho de Mulheres Curitiba



Fonte: Foto da autora (2021)

O mesmo naquele contexto diante dos presentes prometeu que ajudaria a resolver o problema nem que tivesse que ceder sua sala de trabalho situada na secretaria de trabalho do paraná.

Palavra que não manteve, pois as soluções para tal demanda não encontrou, apenas enviou uns baldes com comida para as famílias comerem se quisessem com as mãos.

Quando os indígenas, decidiram ir até o palácio das araucárias prontas para ocupar o espaço prometido pelo secretário, encontraram as portas fechadas. Mesmo assim, em protesto dormiram por mais de uma semana na porta da garagem do palácio e nunca foram recebida pelo o então secretário Ney Leprevost.

Figura 11 – Mulheres deitadas no chão do estacionamento da Sejus.



Fonte: Foto da autora (2021)

Vale lembrar que por todos os dias que as Mulheres e seus familiares ali estiveram, nunca sequer um copo de água lhes foi oferecido por aquela secretária, nem muito menos tiveram a permissão para usarem os banheiros do prédio, luz para carregar os celulares, nada.

Todos artigos da constituição pelos quais existe a tal secretária do trabalho foram prontamente jogados na lata do lixo. Foi realizada a denúncia ao MPF para tomarem as devidas providências do caso. E com o aumento da adesão ao protesto pelas famílias no acampamento, e com o silêncio do estado, e falimento nas negociações que passavam a responsabilidade para o Prefeito.

Mas uma vez, em decisão coletiva, decidiram ocupar a praça Nossa Senhora da Salete, o objetivo era chamar a atenção da população Curitibana e dos gestores públicos para o caso.

Figura 12 – Acampamento montado no entorno da secretária do trabalho



Fonte: Foto da autora (2021)

Figura 13 – Primeira reunião de mulheres com jovens, crianças e anciãos



Fonte: Foto da autora (2021)

As fotos acima (figura 13) são da primeira reunião das mulheres, juntamente com os jovens e crianças e anciãos, depois da transferência do acampamento para a Praça Nossa Senhora da Salete. Isso, depois de uma longa reunião com todos entes públicos e nenhuma solução foi encontrada.

Figura 14 – Reunião no Tribunal de Justiça



Fonte: Foto da autora (2021)

Figura 15 – Momentos de trocas de vivência no acampamento



Fonte: Foto da autora (2021)

Como disse uma vez, o ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica: “Quando destroçamos seu barco, roubamos sua vara, e tiramos seus anzóis, é preciso começar dando-lhes o peixe”. É o mínimo que o executivo brasileiro pode fazer para reparar tamanhos danos causados aos seus povos originários.

É nessa perspectiva da reparação histórica, que os indígenas acreditam não estarem pedido nem um favor ao poder público. Pois os mesmos colaboram com seu estilo de vida, para que a cidade tenha água e oxigênio, e ainda através do seu

artesanato ajudam a movimentar a economia dos territórios onde moram e onde circulam.

Figura 16 – Acampamento na Praça Nossa Senhora da Salete: mulheres artesãs Kaingangs, Jamamadi e Guaranis



Fonte: Foto da autora (2021)

A foto acima, indica o acampamento na Praça Nossa Senhora da Salete onde as mulheres Artesãs Kaingangs, Jamamadi e Guaranis reivindicavam abertura da casa de passagem indígena.

2.2 Reabertura da casa de passagem

A abertura da casa de passagem se deu em um clima de muita má vontade por parte dos gestores municipais, e silêncio total do Estado. O ministério público teve que se posicionar, mesmo demonstrando relutação para se posicionar esperando mudança de posicionamento da FAS, o que não veio.

Vale lembrar que até o Bispo católico do Paraná foi interpelado pelas artesãs, para se posicionar, afinal muitas das famílias Kaingang são católicas.

Na abertura os/as indígenas foram ver o espaço, o qual já era conhecido e tido como não adequado, pois, seu estado de conservação era e ainda está muito precário, mas mesmo assim diante da conjuntura posta, foi aceito.

Figura 17 – Deslocamento em para ver o espaço proposto pela prefeitura de Curitiba



Fonte: Foto da autora (2021)

Figura 18 – Apresentação do espaço realizado pela FAS



Fonte: Foto da autora (2021)

A luta no momento atual, é pelo espaço definitivo, pois, para o mesmo existe um projeto, que os gestores atuais não parecem não terem pressa do mesmo sair do papel.

2.3 Autogestão na casa de passagem e cultura

Diferentemente das gestões nas casas de passagem anteriores, no que interessa a proposta de gestão compartilhada, desta vez foi posta em prática.

No tocante a gestão do setor administrativo da casa em si como: Gestão da cozinha, da limpeza do espaço diário, da segurança do local, das atividades desenvolvidas, como eventos, atividades burocráticas da casa, ficou na responsabilidade dos /das indígenas. Sendo que essa autogestão seria rotativa.

Nos primeiros meses da abertura da casa, ela foi administrada em caráter emergencial, pelas lideranças indígenas e pelos representantes dos movimentos sociais, e atualmente tem uma coordenação mais definida, onde procuram se espelhar nos princípios de gestão da ECOSOL, que é um movimento mundial já citado neste artigo. E também praticado desde sempre pelos povos indígenas.

A mesma começou a ser implantada ainda nos acampamentos realizados onde tudo se decidia nas rodas de conversa.

Figura 19 – Casa de passagem aberta aos indígenas



Fonte: Foto da autora (novembro de 2021)

A foto acima indica a Casa de passagem finalmente aberta, e os Indígenas preparando seu almoço no sistema da auto gestão.

2.4 Participação da casa de passagem e cultura na Campanha Despejo Zero, na feira agroecológica e nas lutas de 8 de março

De todos os eventos que a casa de passagem e cultura foi convidada a participar, vale citar que seguramente o referente às ações da Campanha Despejo Zero em contexto urbano e rural, foi central.

Até porque as comunidades indígenas, conhecem muito bem o que ficar sem território e dignidade. Já ocorreram várias marchas na capital curitibana e em quase todas as artesãs indígenas hóspedes da casa de passagem estiveram presentes, participando.

Participaram também da feira na Jornada de Agroecologia no Paraná, que teve pela primeira vez a presença das comunidades indígenas de maneira articulada, organizada e reivindicada, contando com a presença de vários povos.

Figura 20 – Manifestação Campanha Despejo Zero



Fonte: MST (2022)

A foto acima indica a participação dos hóspedes da Casa de Passagem na manifestação Da Campanha Despejo Zero, pelo direito à moradia e casa de passagem definitiva. Esta campanha teve caráter nacional e criada por movimentos populares do campo e da cidade (em junho de 2020) buscava defender a vida em pleno período pandêmico de covid-19. Abaixo segue uma foto sobre a participação do movimento indígena na feira agroecológica da Jornada de Agroecologia do Paraná.

Figura 21 – Participação Indígena no 8 de março



Fonte: CEFURIA (2023)

Participaram também nas lutas do 8 de Março que trouxe como protagonistas as culturas ancestrais das mulheres de origem africanas e indígenas. As mulheres hóspedes da casa de passagem naquele momento participaram com um manifesto, o qual foi lido em forma de coral.

03. ATIVIDADES DA CASA DE PASSAGEM

Logo nos primeiros dias da reabertura da casa, as parentes Jamamadi organizaram oficinas de bio e ecojóias, e, de pizzas caseiras que aprenderam a fazer na região da Toscana Itália.

No decorrer dos meses, foram organizados vários eventos, como: exposição dos artesanatos, palestras, lançamentos de livros, roda de conversas, apresentação de vários grupos e participação em eventos já citados. Abaixo indicamos uma série de fotos relacionadas às diferentes atividades realizadas na Casa de Passagem.

a) Oficinas:

Figura 22 – Oficina de pizzas caseiras – Noite da Pizza



Fonte: Foto da autora (janeiro de 2022)

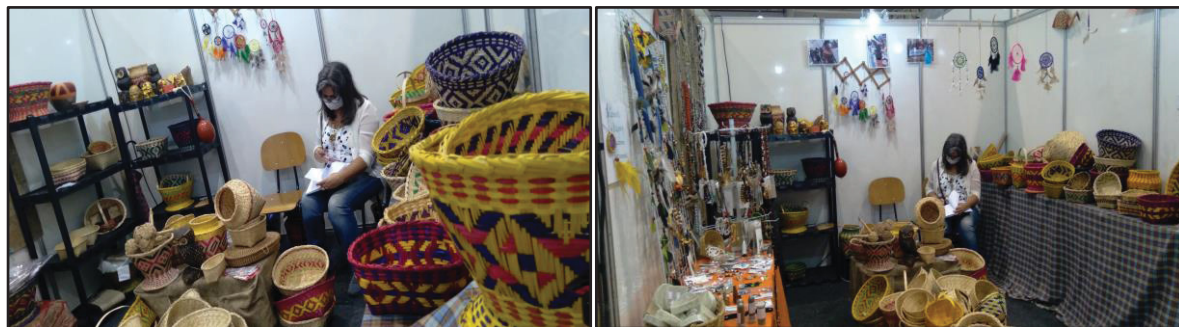
Figura 23 – Oficinas de bijux criativas



Fonte: Foto da autora (janeiro de 2022)

b) Exposições

Figura 24 – Exposição de artesanato da Casa de Passagem (Feira de Arte Barigui)



Fonte: Foto da autora (março de 2022)

Figura 25 – Exposição na Casa de Passagem (2022)



Fonte: Foto da autora (fevereiro de 2022)

Essa exposição realizada na Casa de Passagem representa vários territórios e várias famílias.

c) Roda de conversas:

Figura 25 – Rodas de Conversa (2022)



Fonte: Foto de Frente Feminista (2022)

d) Apresentação de grupos culturais:

Figura 26 – Apresentação Cultural



Fonte: Foto de Nimu Jamamadi (maio de 2023)

E ainda, a diocese de Guarapuava reabriu seu espaço de formação dando aos indígenas a oportunidade como a décadas atrás de utilizar desse espaço para seus encontros culturais entre os vários povos.

As fotos que seguem abaixo, representam ações culturais nesse espaço.

Figura 27 – Apresentação Cultural Guarapuava



Fonte: Foto da Pastoral Indígena (Guarapuava, março de 2023)

Figura 28 – Apresentações Culturais Povos Indígenas



Fonte: Fotos da Autora (fevereiro de 2023)

E nesse caminhar que se aprende caminhando, podemos afirmar que a participação popular dos e das indígenas, artesãos e artesãs nesse processo é mais que necessária, e que muito pode ser construído com o fomento público para o âmbito cultural e econômico. No momento, esse fomento se apresenta de forma muito tímida e vista pelos gestores públicos atuais como gasto e não como investimento para um futuro que se realiza no presente, digno para os trabalhadores artesãos e trabalhadoras artesãs indígenas do Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quando se move uma artesã indígena, com ela se move uma inteira aldeia”

(Autor desconhecido)

Este trabalho abordou os aspectos de luta, arte e produção cultural dos povos do Paraná que passam por Curitiba na Casa de Passagem e Cultura, em especial, o povo kaingang.

Analisou-se as formas de luta e a produção cultural que caminha com eles e neles. Observou-se que as famílias que precisaram vender seus produtos artesanais (artes milenares) na Capital de Curitiba, e chegou-se à conclusão que o fazem como prática milenar.

E que as promessas não cumpridas pelos gestores públicos dos municípios, bem como o silêncio do governo do Paraná na gestão do governador Ratinho Júnior, trouxeram grandes violações no campo dos direitos do trabalho, e no campo cultural para a existência digna das famílias artesãs e artesãos Kaingang e Guaranis.

Se analisou e chegou-se à conclusão que os recursos da União para a pauta indígena não foram bem administrados. E que todas as dificuldades enfrentadas pelas famílias que em Curitiba chegavam, tendo que se alojar de maneira improvisada, debaixo de viadutos, pontes, sacadas de bancos, e no entorno da rodoviária. Juntamente com suas crianças adolescentes, companheiros, maridos, isso por quase 2 anos, poderia ter sido diferente se houvesse vontade política. Não foi falta de recurso.

Fase superada, graças às mulheres, indígenas que saíram do anonimato incentivadas e movidas por outras/os parentes de outras nações, Kixirrá e Wanã Jamamadi-MTD; Olívio escritor Guarani; Eloy e sua família e suas lideranças; Cear, Jovina, D. Fd. Santa, Francisca (que já não está em nosso meio físico, virou ancestral); Mulheres kaingang e tantas outras....

Chegaram junto os movimentos da sociedade civil organizada. Assim, foi possível dobrar a má vontade da gestão do prefeito Rafael Greca.

Com a reabertura da casa, chegaram vários desafios. Alguns superados outros não, realizou se roda de conversas, com a sociedade civil, juntos construíram

e fizemos várias ações, mas, muito da parte da gestão pública FAS, governo estadual, União, pode ser feito. Pois, até hoje não se tem acesso à internet, um pessoal específico na administração burocrática e coordenação, sendo remunerado. Quanto à parte física da casa galpão alugaram com problemas no teto, chovendo dentro, a saúde Capai se recusou atender os indígenas fora das comunidades aldeadas, o que nos trouxe alguns transtornos para casa. Superada essa fase, mas não sem insistência e reivindicação. Os gestores públicos e a sociedade civil, têm que entender, que os povos originários, são quem são, e não importa a sua posição geográfica, os direitos tem que chegarem aonde estão.

Quanto às ações ligadas às exposições do artesanato e apresentação dos grupos na casa começam a ser incentivados e vivenciados com mais frequência.

O espaço ainda é provisório e continua-se com a reivindicação de um espaço definitivo. Se sabe que “o caminho é longo, e se faz caminhando”. Como disse nosso patrono da educação a seu tempo, Paulo Freire.

Se conclui então, que a Casa de Passagem e Cultura de Curitiba, é cultura em movimento. A mesma está presente em cada indivíduo que naquela casa passa, e contribui com sua presença e ações.

Para que se prepare um novo o caminho, um novo jeito de fazer Gestão pública, e nesse percurso se tenha a certeza de que o futuro no presente, será bem vivido. E, teremos assim, nosso tão sonhado bem viver.

REFERÊNCIAS

CANAL SIC TV. **Moradores da Casa do Índio em Porto Velho estão vivendo em situação de miséria.** 15 de fevereiro de 2017. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=Kg1jDuGcPLo> Acesso em novembro de 2023

CARVALHO, Jess. Indígenas se unem ao Coped e denunciam Greca e presidente da FAS à Polícia Federal. *In: Jornal Plural*. Curitiba, 23 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/indigenas-se-unem-ao-coped-e-denunciam-greca-e-presidente-da-fas-a-policia-federal/> Acesso em novembro de 2023

CONSELHO INDÍGENA ESTADUAL DO PARANÁ - Nota de repúdio pelo fechamento. Defensoria Pública do Estado do Paraná Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A Casa do Índio: uma história esquecida. *In: Blog Taquiprati*. Online: Blog Taquiprati, 31 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/1651-a-casa-do-indio-uma-historia-esquecida> Acesso em novembro de 2023

G1 RO. **MPF denuncia insalubridade e requer que reformas emergenciais sejam realizadas na Casa do Índio em Porto Velho.** Online: G1 Rondônia, 19/04/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/04/19/mpf-denuncia-insalubridade-e-requer-que-reformas-emergenciais-sejam-realizadas-na-casa-do-indio-em-porto-velho.ghtml> Acesso em novembro de 2023

MAROS, Angieli. Casa de Passagem Indígena não tem data para reabrir em Curitiba. *In: Jornal Plural*. Online: Jornal Plural, 14 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/casa-de-passagem-indigena-nao-tem-data-para-reabrir-em-curitiba/> Acesso em novembro de 2023

May, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos 1Tim May; trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. - 3.ed. - Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINISTERIO DA SAÚDE. Brasil. **Sesai inaugura Casa de Saúde Indígena em Rio Branco (AC).** Online: Ministério da Saúde, 1/11/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2014/dezembro/sesai-inaugura-casa-de-saude-indigena-em-rio-branco-ac> Acesso em novembro de 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Ofício no 6/2022/GAB PRDC/PR. Curitiba, PR, 07 de janeiro 2022.

MPPR. Casa de Passagem de Curitiba – Implantação De Novas Diretrizes – Regimento Interno. *In: Ministério Público do Paraná*. Online: MPPR, 06.10.2017. Disponível em: <https://mppr.mp.br/Noticia/CASA-DE-PASSAGEM-DE-CURITIBA-IMPLANTACAO-DE-NOVAS-DIRETRIZES-REGIMENTO-INTERNO> Acesso em novembro de 2023

TRIANGULO Histórico de São Paulo, o coração da América Latina. *In: Ame o Brasil. Online: Ame o Brasil*, 11 de julho de 2020. Disponível em: <https://ameobrasil.blogspot.com/2020/07/triangulo-historico-de-sao-paulo-o.html>
Acesso em novembro de 2023.

VIZZER, Moema. **Vocação de semente** - a história de uma facilitadora da inteligência coletiva. 1º edição. SP: Brasil sustentável editora, 2017.

Documentos:

MEMORANDO no 36/2020/CTL - Curitiba/CR-GPV-FUNAI

OFÍCIO No 17/2021/CTL - CURITIBA/CR-GPV/FUNAI

OFÍCIO no 443/2021/NUCIDH/DPPR

OFÍCIO No 3/2020/CTL - CURITIBA/CR-GPV/FUNAI

OFÍCIO No 70/2021/CTL - Curitiba/CR-GPV/FUNAI, datado de 17.12.2021,

OFÍCIO No 2/2021/CTL - CURITIBA/CR-GPV/FUNAI

INFORMAÇÃO TÉCNICA no 4/2021/CTL - Curitiba/CR-GPV-FUNAI

INFORMAÇÃO TÉCNICA no 6/2021/CTL - Curitiba/CR-GPV-FUNAI

OFÍCIO No 10/2022/CTL - CURITIBA/CR-GPV/FUNAI